

O ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar

The teaching of the healthy food theme in the school environment

Ana Luiza Sander Scarparo¹, Tania Beatriz Iwaszko Marques², José Cláudio Del Pino³

1- Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - E-mail: anascarparo@gmail.com

2- Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - E-mail: taniamarques.pead@gmail.com

3- Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - E-mail: delpinojc@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar, apresentando a legislação vigente que prevê a inclusão da educação alimentar e nutricional (EAN) como tema transversal, bem como o papel do professor e suas crenças sobre a temática. A escola é considerada como um local estratégico para a promoção da saúde e da alimentação saudável, tornando-se fundamental que, além da oferta de refeições nutricionalmente adequadas, todos os atores da comunidade escolar tenham conhecimento sobre essa temática e estejam sensibilizados e motivados para a implementação de ações de EAN. Considera-se pertinente a elaboração de Diretrizes específicas para a EAN, bem como necessário verificar as crenças de licenciandos e professores que atuam na Educação Básica sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar, a fim de subsidiar o planejamento de momentos de discussão e reflexão na formação inicial e continuada dos educadores.

Palavras chave: alimentação saudável, educação alimentar e nutricional, educação básica.

Abstract

This paper aims to discuss the teaching of the healthy food theme at school environment, presenting the current legislation which report the inclusion of food and nutrition education (EAN) as a transversal theme, as well as the role of the teachers and their beliefs on the subject. Schools are considered as strategic places for the promotion of health and healthy food, making it essential that, in addition to offering nutritionally adequate meals, all the actors of the school community are aware of this issue and are aware and motivated to implement EAN actions. It is relevant to develop specific guidelines for the EAN and it is necessary to check the beliefs on the theme healthy food education in the school environment of undergraduates and teachers who work with Basic Education in order to support the planning of discussion times and reflection in initial and continuing training of teachers.

Key words: healthy food, food and nutrition education, basic education.

Introdução

A crescente demanda por ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), principalmente no ambiente escolar, justifica-se em função das mudanças no perfil epidemiológico e nutricional da população, especialmente com o aumento nos índices de excesso de peso em crianças e adolescentes e o avanço de doenças crônicas não transmissíveis. A EAN é considerada como uma ferramenta fundamental para a promoção da saúde, assim como prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos, uma vez que incentiva a aquisição de uma alimentação mais saudável (BRASIL, 2012a). Como é na infância que se constituem os hábitos alimentares, considera-se a escola como um local estratégico para a promoção da saúde e da alimentação saudável e o professor um elemento importante desse processo (SCHMITZ et al., 2008; DAVANÇO, TADDEI & GACLIANONE, 2004).

Este trabalho tem como objetivo discutir teoricamente o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar, apresentando a legislação vigente que prevê a inclusão da educação alimentar e nutricional como tema transversal, bem como textos que abordam o papel do professor e suas crenças neste contexto.

Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal

A educação nacional, de acordo com a Constituição Federal (artigo 205) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (artigo 2º), tem como foco o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A Educação Básica é o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, sócio emocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (EB) visam a estabelecer bases nacionais comuns para a Educação Infantil (EI), o Ensino Fundamental (EF) e o Ensino Médio (EM), bem como para outras modalidades de ensino (BRASIL, 2013a).

As Diretrizes para a EI preveem que as instituições devem assegurar a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. As práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho e escolher o que vestir respeitam o direito da criança de ser bem atendida, mas também respeitam e atendem ao direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediadas pelos professores, que intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas (BRASIL, 2013a).

O ensino fundamental deve assegurar aos estudantes o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade. O currículo buscará articular os conhecimentos, acumulados historicamente, com as vivências e saberes dos alunos, contribuindo para construir as suas identidades. Os componentes curriculares obrigatórios, organizados em áreas de conhecimento, devem articular seus conteúdos com a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana, em nível global, local e individual, como por exemplo: saúde e educação para o consumo. Nesta perspectiva de integração, a Diretriz Curricular para o EF

sinaliza a transversalidade como uma das formas de trabalho, podendo as propostas curriculares ser ordenadas em torno de projetos interdisciplinares com base em temas geradores formulados a partir de questões da comunidade e articulados aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento (BRASIL, 2013a).

O segundo artigo da Resolução nº 2 (BRASIL, 2012b), que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o EM, refere que, além dos componentes obrigatórios determinados na legislação nacional, em função de legislação específica, deve-se abordar de forma transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares o tema educação alimentar e nutricional (EAN). Destaca-se que outros temas, também referidos no artigo nº 10, têm relação com a temática alimentação, sendo eles: processo de envelhecimento; educação ambiental; e educação em direitos humanos, sendo a alimentação adequada um destes direitos.

A legislação específica citada na Resolução nº 2/2012, referente ao tema “educação alimentar e nutricional”, é a Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Para isso, os responsáveis pela execução do Programa devem ofertar refeições que contemplem as necessidades nutricionais dos escolares, durante o período letivo, e realizar ações de EAN (BRASIL, 2009), possibilitando que o PNAE seja reconhecido como uma ferramenta de promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Entre as diretrizes que regem a execução do Programa destaca-se a inclusão da EAN nos processos de ensino e aprendizagem, que perpassam o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2013b). Segundo a legislação do Programa, caberia ao Ministério da Educação propor ações educativas que abordassem essa temática no ambiente escolar (Brasil, 2009). A Resolução do CD/FNDE nº 26/2013 define como EAN:

O conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo. (BRASIL, 2013b, artigo 13)

Essa definição vai ao encontro ao preconizado pelo Marco de Referência de EAN para políticas públicas, que não recomenda a utilização dos termos Educação Nutricional ou de Educação Alimentar, uma vez que se pretende que as ações abarquem desde os aspectos relacionados ao alimento e alimentação, os processos de produção, abastecimento e transformação aos aspectos nutricionais. Considera-se que a EAN deve ampliar a sua abordagem para além da transmissão de conhecimento e gerar situações de reflexão sobre as situações cotidianas, na busca de soluções e prática de alternativas, bem como desenvolver estratégias que auxiliem indivíduos e grupos a realizarem escolhas alimentares conscientes e adequadas. Sendo assim, as ações de EAN precisam estar presentes ao longo da vida, respondendo às diferentes demandas do indivíduo, desde a formação dos hábitos alimentares na primeira infância à organização da sua alimentação fora de casa na adolescência e na idade adulta (BRASIL, 2012a).

A Portaria Interministerial 1.010/2006, dos Ministérios da Saúde e da Educação, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, reconhece a escola como um ambiente favorável à formação de hábitos saudáveis e à construção da cidadania. Entretanto, ressalta o desafio de incorporar o tema da alimentação e nutrição no contexto escolar, com ênfase na alimentação saudável e na

promoção da saúde. A Portaria refere que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) “orientam sobre a necessidade de que as concepções sobre saúde ou sobre o que é saudável, valorização de hábitos e estilos de vida, atitudes perante as diferentes questões relativas à saúde perpassem todas as áreas de estudo, possam processar-se regularmente e de modo contextualizado no cotidiano da experiência escolar” (BRASIL, 2006).

Os PCNs, publicados pelo Governo Federal em 1998, foram estabelecidos a partir da necessidade e obrigação do Estado de construir uma referência curricular nacional, garantindo que os alunos de qualquer região do país tivessem acesso aos conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como indispensáveis para a construção de sua cidadania. Tanto os objetivos da EI como os do EF enfatizam que o estudante deverá ter a capacidade de conhecer o seu corpo, valorizando e desenvolvendo hábitos saudáveis, agindo com responsabilidade e cuidando da própria saúde (BRASIL, 1998a; BRASIL, 1998b).

O PCN do EF intitulado “Temas Transversais” foi constituído com a proposta de incorporar no currículo escolar, de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada, questões importantes, urgentes e presentes na vida social. Com relação ao tema saúde, pretende-se que os estudantes compreendam a saúde como um direito, sendo produzida nas relações com o meio físico, econômico e sociocultural, bem como reconheçam formas de intervenção e acesso aos recursos e serviços de promoção, proteção e recuperação, e, ainda, adotem hábitos de autocuidado. A alimentação adequada é abordada como fator essencial no crescimento e desenvolvimento, no desempenho das atividades cotidianas, e na promoção e na recuperação da saúde. Nos anos iniciais do EF, a alimentação é trabalhada do ponto de vista das necessidades humanas básicas, identificando os alimentos disponíveis na comunidade, e de seu valor nutricional, assim como aspectos de higiene dos alimentos da produção até o seu consumo, enquanto nos anos finais do EF o foco será as finalidades da alimentação, investigando os hábitos alimentares em diferentes realidades e culturas (BRASIL, 1998b).

A promoção da alimentação saudável, assim como outras questões integrantes dos PCNs cujas problemáticas perpassam diferentes campos, conforma-se em uma ação transversal, pois nenhuma área do conhecimento isoladamente tem condições suficientes para explicá-la (BRASIL, 2008). Uma estratégia é o trabalho interdisciplinar. Ao abordar os conteúdos interdisciplinarmente, de forma a favorecer a compreensão de situações do dia a dia, aproximam-se os escolares da sua realidade e possibilita-se que os conhecimentos tenham maior significado e sentido, assim como se contribui para uma formação mais consistente e responsável (THIESEN, 2008). A temática alimentação saudável, ao ser abordada de forma transversal e interdisciplinar, pode contribuir com a articulação e integração das áreas do conhecimento na organização do currículo escolar e na formação científica dos estudantes. Com isso, espera-se produzir efeitos positivos na alimentação das crianças e adolescentes.

Bizzo & Leder (2005, p.666) concluem que a implementação obrigatória da EAN no EF “evidencia-se como uma política pública premente, essencial às necessidades nutricionais, de saúde e sociais da população escolar, demandando investimentos em sua concretização e nos requisitos técnico-científicos fundamentais à sua efetivação”.

Considerando-se a escola como um local estratégico para a promoção da saúde e da alimentação saudável, torna-se fundamental que, além da oferta de refeições nutricionalmente adequadas, todos os atores da comunidade escolar tenham conhecimento sobre essa temática e estejam sensibilizados e motivados para a implementação de ações de EAN e dos Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável no Ambiente Escolar.

Papel do professor na formação de hábitos alimentares saudáveis

O ambiente escolar mostra-se um espaço propício para o planejamento e desenvolvimento de ações que visem à melhora das condições de saúde e o estado nutricional de crianças e adolescentes. A escola tem papel importante na aplicação de programas de educação em saúde em larga escala, incluindo os programas de EAN, que devem consistir em processos ativos, lúdicos e interativos, que favoreçam mudanças de atitudes e de práticas alimentares (DAVANÇO, TADDEI & GACLIANONE, 2004; SCHMITZ et al., 2008). Segundo Triches & Giugliani (2005, p.542), “para promover hábitos alimentares mais saudáveis, e, conseqüentemente, diminuir os índices de obesidade, acredita-se que seja importante que as pessoas tenham conhecimentos de alimentação e nutrição”, uma vez que a informação sobre alimentação saudável influencia nas escolhas alimentares dos sujeitos, melhorando, consideravelmente, a sua alimentação e a sua saúde (ROSSI, MOREIRA & RAUEN, 2008).

Neste contexto, destaca-se o professor como um membro importante na equipe de promoção da saúde e da alimentação saudável uma vez que, além de ter maior contato com os escolares, está envolvido na realidade social e cultural de cada discente e possui uma similaridade comunicativa. Para que o professor se transforme em agente promotor de hábitos alimentares saudáveis, é importante que tenha, além dos conhecimentos teóricos sobre uma alimentação saudável, uma postura consciente de sua atuação na formação dos hábitos do aluno. Professores informados e motivados podem tornar-se agentes transformadores do comportamento alimentar de crianças (DAVANÇO, TADDEI & GAGLIANONE, 2004).

De acordo com Tardif (2012, p.120), o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula não deve ser simplesmente transmitido aos estudantes, devendo o professor relacionar o conhecimento pedagógico com o conteúdo a ser ensinado. O autor salienta que “conhecer bem a matéria que se deve ensinar é apenas uma condição necessária, e não uma condição suficiente, do trabalho pedagógico”. Por isso, dificilmente, um profissional que não convive com o educando, que não está inserido na mesma realidade e que, na maioria das vezes, não tem formação pedagógica, conseguirá interagir de forma significativa com esse estudante (DAVANÇO, TADDEI & GACLIANONE, 2004).

Uma vez que os professores são considerados um elemento chave para o sucesso de ações de EAN com escolares, reforça-se a necessidade de capacitação específica sobre alimentação saudável e nutrição, com o objetivo de instrumentalizá-los para trabalhar essa temática em suas aulas (BEZERRA, CAPUCHINHO & PINHO, 2015). Os professores, conscientes da importância do seu papel de educadores alimentares, podem auxiliar e contribuir significativamente nas construções e compreensões da noção da alimentação saudável das crianças e adolescentes, assim como favorecer a autonomia alimentar, tendo como possível consequência a melhora da saúde e da qualidade de vida dos seus alunos.

Neste contexto, destaca-se que as crenças dos professores sobre o ensino da temática alimentação saudável podem influenciar na proposição de ações didáticas e pedagógicas e, conseqüentemente, no processo de formação dos hábitos alimentares saudáveis dos escolares.

Crenças educacionais e saberes docentes na ação do professor

Soares & Bejerano (2008), ao proporem uma reflexão sobre crenças e a sua influência no trabalho do educador, inicialmente procuram definir o conceito de “crença”, salientando que diversas áreas e teorias assumem diferentes significados para este termo. Segundo os autores, as crenças são elaborações individuais, produzidas a partir do contexto sociocultural, das relações estabelecidas e vivenciadas no meio social, familiar, educacional e profissional. Diferentemente do conhecimento científico, não necessitam de comprovações para serem aceitas, são pressupostos que o sujeito constrói como sendo verdade, muitas vezes elaboradas

sem uma reflexão. Para eles, o mesmo aconteceria com alguns saberes dos professores, que estariam cristalizados e conseguiriam interferir em suas atitudes, agindo como um “filtro” para a assimilação de conhecimentos científicos.

Tardif (2012) sinaliza dois excessos ao definir os saberes docentes. No primeiro, o professor é considerado como um ser dotado de uma racionalidade baseada exclusivamente na cognição, no conhecimento, e, no segundo, tudo é considerado saber, os hábitos, emoções, intuição, opiniões, maneira de agir, as regras e normas, qualquer representação cotidiana. O autor define esse conceito como sendo “os pensamentos, as ideias, os juízos, os discursos, os argumentos que obedecem a certas exigências de racionalidade”. O sujeito fala ou age racionalmente quando ele é capaz de justificar, por meio de razões, declarações e procedimentos, a permanência ou o valor de seu discurso ou ação, no momento em que é questionado por outra pessoa (TARDIF, 2012, p.199).

Os saberes que servem de base para o ensino não se limitam a conteúdos bem delimitados, que dependem de um conhecimento especializado. Grande parte dos saberes “não correspondem aos conhecimentos teóricos obtidos na universidade e produzidos pelas pesquisas na área da Educação” (TARDIF, 2012). Soares & Bejerano (2008) referem que as crenças interferem nas atitudes dos sujeitos, mesmo quando não há consciência do papel que exercem e, quando se depara com um novo conhecimento, ele estará imbuído de suas crenças.

Custódio, Clement & Ferreira (2012), bem como Paiva & Del Pretti (2009), verificaram que as crenças dos professores orientam as práticas educacionais, em sala de aula, e influenciam na aprendizagem dos alunos. Os resultados do trabalho de Bejarano & Carvalho (2003) sinalizam que, quando o estudante ingressa no curso de licenciatura, traz consigo as imagens vividas do trabalho do professor durante a educação básica, tanto imagens positivas como negativas do ser professor e seu papel. Neste sentido, consideram que compreender as crenças dos professores ou dos futuros professores é uma promissora rota de pesquisa na medida em que crenças influenciam percepções e julgamentos das pessoas.

Tardif (2012, p.144-145) refere que ao ensinar o professor emprega determinados meios a fim de atingir determinados objetivos. Para atingir finalidades pedagógicas inerentes ao seu trabalho, o professor deve tomar certas decisões em função do contexto em que se encontra e das contingências que o caracterizam. O conjunto dos saberes, que fundamentam o ato de ensinar no ambiente escolar, provém de fontes diversas: relações estabelecidas com a família, o ambiente de vida, a formação escolar, com os estabelecimentos de formação para o magistério, com as ferramentas de trabalho, como livro didático e cadernos de leitura, com a prática profissional na escola e na sala de aula, e com outros professores; formação inicial e continuada; currículo e socialização escolar; conhecimento das disciplinas a serem ensinadas; experiência na profissão; cultura pessoal e profissional; aprendizagem com pares.

Difícilmente um professor irá modificar sua forma de ensinar sem a consciência a respeito das suas crenças sobre Educação. As crenças são resistentes à mudança, persistindo até mesmo após os cursos de formação inicial, e isto tem grande impacto nas ações em sala de aula (CUSTÓDIO, CLEMENT & FERREIRA, 2012). Entretanto, trabalhos referem que as crenças podem ser modificadas, mesmo com a tendência de serem cristalizadas, principalmente quando um conhecimento contribui para questioná-las. Elas devem ser, primeiramente, detectadas e questionadas quanto a sua validade. Portanto, compreender as crenças e considerá-las, quando se pretende promover uma mudança de comportamento, constitui um importante subsídio para se repensar a formação acadêmica e continuada do professor, com vistas a melhorar a qualidade da educação escolar (SOARES & BEJERANO, 2008; PAIVA & DEL PRETTE, 2009).

Considerando a relevância dos educadores estarem preparados conceitualmente sobre a temática alimentação saudável e sensibilizados sobre o seu papel na promoção da saúde e na formação de hábitos alimentares dos estudantes, sinaliza-se e justifica-se a pertinência de oferecer e incentivar a participação desses profissionais em cursos de formação, preferencialmente contínuos e permanentes, uma vez que, além de aquisição conhecimentos e reflexões sobre o assunto, essas ações objetivam “a formação de cidadãos comprometidos com a própria saúde e dos alunos pelos quais são responsáveis” (BRASIL, 2008, p.75).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que há uma demanda crescente por ações de promoção da alimentação saudável e que a escola é apontada como um local propício para a EAN, reforça-se a relevância do desenvolvimento de ações que efetivem o ensino da temática “alimentação saudável” no ambiente escolar, a fim de melhorar a alimentação do estudante.

Em função dos objetivos das Diretrizes para a Educação Básica, considera-se pertinente a elaboração de Diretrizes específicas para a EAN, assim como já foram elaboradas diretrizes específicas para a Educação em Direitos Humanos e para a Educação Ambiental.

Considera-se que o professor tem a possibilidade de realizar ações de EAN com seus alunos, a curto, médio e longo prazo, trabalhando a alimentação saudável tanto transversal quanto interdisciplinarmente, uma vez que essa temática favorece a articulação e a integração das áreas do conhecimento na organização do currículo escolar.

Cabe ressaltar a pertinência dos nutricionistas, assim como de outros profissionais da área da saúde, participarem das reuniões de planejamento curricular e de formação de professores das escolas, a fim de reforçar a importância de trabalhar questões relacionadas à alimentação saudável nas ações pedagógicas, realizadas com os escolares ao longo do ano, favorecendo, assim, para que de fato se torne um tema transversal.

Entende-se como necessário verificar as crenças de licenciandos e professores que atuam na Educação Básica sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar, a fim de subsidiar o planejamento de momentos de discussão e reflexão desta temática na formação inicial e continuada dos educadores.

Referências

- BEJARANO, N.B.R. & CARVALHO, A.M.P. Tornando-se professor de ciências: crenças e conflitos. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 1, p. 1–15, 2003.
- BEZERRA, K. F.; CAPUCHINHO, L.C.F.M.; PINHO, L.. Conhecimento e abordagem sobre alimentação saudável por professores do ensino fundamental. *Demetra*; 2015; 10(1); 119-131.
- BIZZO, M.L.G. & LEDER, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. *Rev. Nutr.*, Out 2005, vol.18, no.5, p.661-667.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998a.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Portaria Interministerial nº1010, de 8 de maio de 2006. Diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas. Brasília: Ministério da Saúde; 2008. 152 p.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola os alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília-DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, DF, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013b.

CUSTÓDIO, J.F.; CLEMENT, L. & FERREIRA, G.K. Crenças de professores de física do ensino médio sobre atividades didáticas de resolução de problemas. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, Vol. 11, Nº 1, 225-252, 2012.

DAVANÇO, G.M., TADDEI, J.A.A.C e GACLIANONE, C.P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. *Rev. Nutr.*, Jun 2004, vol.17, no.2, p.177-184. ISSN 1415-5273

ROSSI, A.; MOREIRA, E.A.M. & RAUEN, M.S. Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. *Rev. Nutr.*, Dez2008, vol.21, no.6, p.739-748.

SCHMITZ, B.A.S. et. al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2008, vol. 24, supl. 2, p S312-S322.

SOARES, I.M.F. & BEJERANO, N.R.R. Crenças dos professores e formação docente. *R. Faced*, Salvador, n.14, p.55-71, jul./dez. 2008.

PAIVA, M.L.M.F & DEL PRETTE, Z.A.P. Crenças docentes e implicações para o processo de ensino-aprendizagem. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, Volume 13, Número 1, 75-85, Janeiro/Junho de 2009.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

THIESEN, J.S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2008, vol.13, n.39, pp. 545-554.

TRICHES, R.M. & GIUGLIANI, E.R.J. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. *Rev. Saúde Pública*, Ago 2005, vol.39, no.4, p.541-547.